

CRISE DOS PRECATÓRIOS

Não vamos pagar essa conta!

A crise financeira da Prefeitura é consequência de uma legislação que criou a lucrativa indústria de precatórios cíveis, da insensibilidade do Judiciário que não mede as consequências provocadas pelos sucessivos seqüestros de receita e de decisões tomadas em governos passados que agora repercutem de maneira negativa sobre as finanças da cidade.

A incerteza em relação ao pagamento do salário em dia leva apreensão e insegurança aos/às trabalhadores/as, que estão cumprindo plenamente seus deveres, atendendo a população em condições de trabalho precárias.

Neste momento, a preocupação é que os celetistas recebam a primeira parcela do 13º salário até 20 de novembro, como determina a lei. Para dezembro, queremos o acerto total do 13º e o abono de 1/3 do salário para aqueles que entrarão em férias em janeiro.

O Sindicato entende que cabe ao Governo Municipal enfrentar essa situação extraordinária adotando medidas radicais contra o desperdício de recursos públicos com as terceirizações e pela valorização dos/as servidores/as com uma reorganização administrativa de verdade, que dê agilidade à máquina e acabe com a sobreposição de funções e gastos improdutivo. Até agora, pouco foi feito nesse sentido.

Além disso, a Prefeitura toma medidas conflitantes com a falta de recursos como a municipalização de escolas estaduais. Esta medida aumentou, por exemplo, os gastos com a merenda, que não são cobertos pelo Fundeb e nem podem ser computados nos 25% do orçamento destinado à educação. Isso significa que a Prefeitura assumiu gastos que eram de responsabilidade do Estado e diminuiu recursos que poderiam ser aplicados em áreas que não têm receita vinculada.



Salários e direitos devem ser prioridade

O Sindicato está empenhado em dialogar e demonstrar à Administração que a prioridade é o salário em dia, com o 13º salário e as férias pagos nos prazos determinados pela lei.

Até agora não houve atraso de salário e a primeira parcela do 13º foi paga para 60% da categoria.

Nenhum compromisso pode estar acima do pagamento dos salários e dos direitos básicos dos/as trabalhadores/as.

Por isso, todos/as devem ficar em estado de alerta para que nenhum direito seja desrespeitado, com a categoria sintonizada com as informações e orientações do Sindicato.

O não cumprimento das obrigações trabalhistas fará com que a categoria seja mobilizada para a defesa de seus direitos.

CONFIRA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

6ª Marcha da Classe Trabalhadora pede redução da jornada

Página 2

Convenção 151 da OIT: Falta aprovação no Senado

Página 2

Enfermagem: na luta pelas 30 horas semanais

Página 3

Jornadas na Educação: negociação garante avanços

Página 3

Sindicato quer fim das terceirizações

Página 3

XV SIPAT: Venha debater as condições de trabalho

Página 4

Galeria de fotos mostra como foi a 4ª Festa Baile promovida pelo Sindicato



4ª FESTA BAILE

ENCARTE



Busto de Zumbi dos Palmares em Brasília

CONSCIÊNCIA NEGRA

Para celebrar a cultura, a tradição e os direitos

Uma variada programação cultural na região está marcando durante o mês o Dia da Consciência Negra, o 20 de novembro, escolhido em homenagem a Zumbi, líder da resistência no Quilombo dos Palmares.

Em Diadema estão sendo realizadas muitas atividades entre shows, debates e exposições. No Museu de Arte Popular foi aberta a exposição Arte Popular e Negra em São Paulo, com pinturas e esculturas de João Cândido Silva e madeiras talhadas de Vicente de Paulo.

Para o ministro Edson Santos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as políticas afirmativas dos últimos anos elevaram a identidade da população negra.

Ele defendeu a aprovação, no Congresso, do Estatuto da Igualdade Racial e da lei de cotas para negros nas universidades, para que elas se tornem políticas de Estado.

“Ser contra as cotas é negar a existência do racismo. Lamento que existam visões conservadoras e elitistas das políticas de ação afirmativa”, comentou.

6ª MARCHA À BRASÍLIA

Por avanços trabalhistas e sociais

Cerca de 50 mil trabalhadores ocuparam no dia 11 de novembro a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e realizaram ato em frente ao Congresso para pressionar senadores e deputados federais pela aprovação de vários projetos melhorando as condições de vida e do trabalho, entre eles o que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial.

O projeto está no Congresso há mais de dez anos, pois enfrenta o poderoso lobby dos empresários, aqueles que financiam as campanhas eleitorais.

Representantes das centrais sindicais entregaram as reivindicações da Marcha aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara Federal, Michel Temer.

Sarney prometeu colocar em votação a ratificação da convenção 151 da OIT, que estabelece a negociação sindical e coletiva permanente no serviço público, que já foi ratificada pela Câmara Federal.

A pauta apresentada pelas centrais sindicais são estas:

- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial.
- Aprovação de projeto que disciplina a terceirização.
- Aprovação da emenda constitucional que proíbe o trabalho escravo.
- Defesa da exploração do pré-sal pelo Estado brasileiro.
- Ratificação, pelo Congresso, da convenção 158 da OIT, que inibe a demissão imotivada, e da convenção 151, que garante negociação coletiva no serviço público.



A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais foi uma das principais reivindicações dos quase 50 mil trabalhadores que foram à Brasília no último dia 11 de novembro

CONVENÇÃO 151 DA OIT

Falta aprovação no Senado

A convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho trata da organização sindical e do processo de negociação dos trabalhadores do serviço público e define normas gerais para essa negociação.

Ela prevê:

Proteção contra os atos de discriminação que violem a liberdade sindical.

Independência das entidades de trabalhadores na função pública em relação às autoridades.

Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho.

Até hoje, nenhuma lei reconhece o direito dos servidores participarem da elaboração de regras das relações de trabalho com o poder público.

Em 1988, a Constituição reconheceu o direito dos servidores terem organização sindical, além do direito de greve. Mas a Carta não garantiu o direito à negociação coletiva.

A CUT levou essa discussão para a Câmara do Serviço Público do Fórum Nacional do Trabalho, criado em 2003, que indicou a necessidade de o País ratificar a convenção 151 de Organização Internacional do Trabalho

A convenção vai favorecer a democratização das relações de trabalho no serviço público brasileiro pois os governantes serão obrigados a negociar com os Sindicatos e com regras claras.

O projeto de ratificação da convenção 151 já foi aprovado na Câmara Federal e está para ser votado no Senado.



ENFERMAGEM

Na luta pelas 30 horas semanais

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal aprovou em outubro parecer sobre o Projeto de Lei 2.295/00, que fixa a jornada de trabalho da enfermagem em seis horas diárias e 30 horas semanais.

No Brasil, são cerca de 1,3 milhão de trabalhadores no setor, entre enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, na grande maioria mulheres. Apesar da recomendação da Organização Mundial de Saúde para uma jornada de 30 horas, os

profissionais da enfermagem são submetidos a escalas de 40 horas, o que não acontece com os demais trabalhadores da saúde.

O projeto de lei segue agora para votação no plenário e depende do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB), para ele entrar na pauta em caráter de urgência.

Envie email para o presidente da Câmara pressionando para que o projeto seja aprovado o mais rápido possível:

dep.micheltemer@camara.gov.br

JORNADAS NA EDUCAÇÃO

Negociação garante avanços

Depois de três reuniões entre a direção do Sindicato e os secretários Airton Germano (Assuntos Jurídicos), João Garavelo (Gestão de Pessoas) e Lúcia Couto (Educação), a Prefeitura concordou em modificar a composição da jornada de 31 horas, conforme o deliberado em assembleia dos/as professores/as.

Pelo acordo, as horas livres aumentam de 3 para 4, enquanto as reuniões semanais passam a ser de 2 horas.

Ainda neste mês será enviado à Câmara projeto legalizando as horas suplementares irregulares e a nova composição da jornada, com o fim dos sábados trabalhados e o aumento do número de horas livres para todos os segmentos.

O Sindicato também conseguiu assegurar a jornada de 25 horas semanais para os professores titulares do ensino fundamental I nas escolas Anita Malfati e Olga Benário até o final de 2010.

As batalhas travadas neste ano mostram a necessidade de avançarmos na organização dos/as trabalhadores/as da Educação criando representação sindical em todos os locais de trabalho, além de uma comunicação mais intensa com a direção do Sindicato.

Os/as trabalhadores/as devem se preparar para garantir uma educação pública de qualidade, democrática e com valorização profissional nos debates da revisão do Estatuto do Magistério que vão acontecer no próximo ano.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Eleição será em 30 de novembro

A plenária para escolha de representantes do magistério e servidores municipais vai acontecer dia 30 de novembro, segunda-feira, às 18h30, na Sede do Sindicato.

De acordo com a lei 1.499/96, serão eleitos dois representantes titulares e dois suplentes do magistério e um representante titular e um suplente dos servidores públicos.



SERVIÇO PÚBLICO

Sindicato quer fim das terceirizações

Debate ocorrido no dia 23 de outubro reforçou a posição do Sindicato pelo fim das terceirizações na Prefeitura de Diadema.

Denise Motta Dau, secretária de relações de trabalho da CUT, criticou as políticas neoliberais baseadas na desregulamentação, privatização e terceirização e disse que a Central tem estratégias definidas para combatê-las.

O deputado federal Vicentinho falou sobre seu projeto que regulamenta a terceirização nas empresas privadas e de economia mista. Também participou do debate Fausto Augusto Júnior, do Dieese.

O assessor jurídico do Sindicato, Aparecido Inácio, falou sobre dois exemplos de terceirização na Prefeitura. Uma delas acontece quando a Unifesp contrata profissionais da Prefeitura sem concurso público, dificultando a estruturação e consolidação de um serviço público de qualidade.

Sobre a frente de trabalho, ele lembrou que essa é uma das mais perversas formas de trabalho precário e desregulamentado.

Para combater essa situação, o Sindicato vai exigir que a Prefeitura convoque os classificados em concursos públicos e realize concurso para os cargos existentes no quadro funcional.



XV SIPAT

Venha debater as condições de trabalho na Prefeitura

Durante uma semana, os/as trabalhadores/as municipais vão debater e refletir sobre as condições de trabalho durante a SIPAT – Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho.

De acordo com os critérios da SIPAT, nas escolas municipais será liberado um/a trabalhador/a por segmento (professor/a, operacional, administrativo) para cada atividade. Nos demais setores, as secretarias foram orientadas a fazer escala para que os/as trabalhadores/as possam participar.

23 DE NOVEMBRO

Debate A CIPA e o cipeiro, no Quarteirão da Saúde

8h30 – Abertura com o Secretário de Gestão de Pessoas, João Garavelo.

9h – Poesias de Cora Coralina

9h30 – Café

10h – Debate com Fabiano Avamileno, Chefe da Sesmt; Jandyra Uehara, presidente do Sindicato; e Domingos Tomaz de Souza, presidente da CIPA da Educação.

24 DE NOVEMBRO

Debate Assédio Moral, na Recad

9h – Ginástica laboral

9h20 – Café

10h – Palestra com o advogado Aparecido Inácio, assessor do Sindicato.

25 DE NOVEMBRO

Debate Depressão e estresse, no Sindema

9h10 – Ginástica laboral

9h20 – Café

10h – Palestra com Volnei Rosalen, diretor do Sindicato dos Judiciários de Santa Catarina.

Às 7h30, haverá Cine Segurança na Secretaria de Obras

26 DE NOVEMBRO

Debate Ergonomia, na Base GCM

9h – Ginástica laboral

9h20 – Café

Palestra com a advogada Cláudia Ollay

27 DE NOVEMBRO

Debate DST/Aids, na Secretaria da Educação

9h – Grupo infantil apresenta dança do ventre

9h20 – Peça teatral sobre prevenção da aids

10h – Palestra com Neusa Aparecida Raineri

14h – Palestra com Rose Maria de Souza

CIPA

Sindicato e Cipeiros articulam ação conjunta

No dia 10 de novembro em reunião dos cipeiros com a direção do Sindicato foram levantadas várias questões poderão proporcionar uma ação conjunta mais efetiva com o objetivo de melhorar as condições de trabalho na Prefeitura.

Agora, acontecerão reuniões mensais no Sindicato com todos os cipeiros para articular o trabalho, trocar informações e principalmente tomar iniciativas concretas para enfrentar o problema das condições de trabalho que atinge o setor público.



Jardineiros querem valorização profissional

Os jardineiros da Prefeitura, todos lotados na Secretaria do Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins – reivindicam enquadramento salarial e reconhecimento enquanto categoria profissional.

Em 2008, eles foram os únicos ocupantes de cargo que exige especialidade profissional que continuaram ganhando o piso salarial da categoria.

No dia 27 de outubro, a direção do Sindicato e uma Comissão de Jardineiros reuniram-se com o Secretário do Meio Ambiente Rogério Menezes para colocá-lo a par da situação e discutir questões relacionadas à insalubridade e segurança no trabalho.

SINDICALIZADO

Retire a nova carteirinha de associado do Sindema



EXPEDIENTE JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: Jandyra Uehara Alves (presidente), José Aparecido da Silva, Maria Helena da Silva, Nadia Helena Guardini, Antonio Carlos Gonzaga, Roseli Aparecida Seto, Márcia Rezende Alencar, José Carlos da Silva, Epaminondas Rodrigues, Renilva Mota Ferreira, Peterson Maicon Ribeiro, Florípes de Aguiar Kikuti, Teotônio Alencar Neto e Luis Roberto de Paiva.

Conselho Fiscal: Neide Soares Fonseca, Sonia Aparecida Fernandes, Isabel Cristini Gomes, Ana Maria da Silva Santos, Luis Carlos Fabbrini da Silva e Maria Clara de Resende. **Representantes na Federação:** Rosânea das Dores Mendes, Benedito de Oliveira Lima, Raquel Rodrigues do Prado e José Ferreira de Lima.

Jornalista responsável: Gonzaga do Monte (MTb 10835) **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP) **Fotos do encarte:** Mauro Pedroso e Arte&Comunicação

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP, CEP 09911-160 — Telefone: 4055-3288 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br

Centrais defendem Fator Acidentário

As centrais sindicais saíram em defesa do Fator Acidentário de Prevenção e do Seguro Acidente do Trabalho, que entram em vigor no próximo ano e estão sofrendo pesados ataques da Confederação Nacional da Indústria.

Hoje, as empresas recolhem até 3% sobre a folha de pagamento, de acordo com o risco de suas atividades. A partir de janeiro, elas passarão a recolher até 6%, de acordo com o número de acidentes.

O objetivo das novas medidas é estimular a cultura da prevenção, reduzindo os acidentes de trabalho.

Memorial para Santos Dias

Olíder operário Santos Dias da Silva, assassinado há 30 anos quando participava de greve na zona sul da capital, ganhou memorial.

Ele foi morto por policiais militares que tentavam dissolver piquete em frente à fábrica Sylvania.

Santos Dias era da Pastoral Operária e fazia oposição aos pelegos que estavam à frente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.

Fundeb - Conheça os representantes dos/as trabalhadores

Conselho do Fundeb (eleitos na Assembléia realizada no dia 21 de outubro)

Professores: Absolon de Oliveira, Ana Cristina Camargo Gonçalves, Fonlana Cheung e Ana Claudia G. de Araújo

Funcionários: Bruno de Mesquita e Nascimbem e Marcia Cristina Rosa.